



28 DE ABRIL A 2 DE MAIO DE 2014 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Lei 594/XII](#)

Adaptação do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical sector bancário ao regime de crédito bonificado para a aquisição, construção e/ou realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação de habitação própria e permanente por parte de pessoas com deficiência e procede à 8.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

Autoria PSD / CDS-PP

[Projecto de Lei 595/XII](#)

Regula a concessão de crédito à habitação da pessoa com deficiência.

Autoria PSD / CDS-PP

[Projecto de Lei 597/XII](#)

Altera o regime que institui o ilícito de mera ordenação social e reforça as condições da sua efectividade, designadamente no domínio das prescrições, constituindo a 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro

Autoria PS

Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.

[Projecto de Resolução 1023/XII](#) – Autoria PEV

[Projecto de Resolução 1024/XII](#) – Autoria BE

[Projecto de Resolução 1025/XII](#) – Autoria PS

Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Março, que “Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S.A.”.

[Projecto de Resolução 1026/XII](#) – Autoria PS

[Projecto de Resolução 1027/XII](#) – Autoria BE

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 223/XII](#)

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo



FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Cadernos de Cooperação nº 4 - Abril de 2014](#)

[Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito: Resultados para Portugal - Abril 2014](#)

[Apresentação do Governador Carlos da Silva Costa: "A criação da União Bancária e o sistema bancário português"](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Português - Abril de 2014](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Norma Regulamentar n.º 3/2014-R, de 17 de Abril](#)

Estabelece os índices trimestrais de actualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no terceiro trimestre de 2014



FISCAL

[Aviso n.º 51/2014. D.R. n.º 84, Série I de 2014-05-02](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo entre a República Portuguesa e o Estado do Qatar para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Doha, a 12 de Dezembro de 2011



PENAL

[Lei n.º 22/2014. D.R. n.º 81, Série I de 2014-04-28](#)

Assembleia da República

Vigésima alteração ao [Decreto-Lei n.º 15/93](#), de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância 5 (2-aminopropil) indole à tabela anexa II-A e a substância 4 metilamfetamina à tabela anexa II-B

[Acórdão n.º 253/2014. D.R. n.º 81, Série II de 2014-04-28](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação dos artigos 380.º e 411.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, com o sentido de que o prazo para interposição do recurso começa e continua a correr a partir do termo inicial previsto no referido artigo 411.º, n.º 1, mesmo quando o arguido, ao abrigo do disposto no artigo 380.º, n.º 1, alínea b), tenha requerido a correcção da sentença, assim confirmando o Acórdão n.º 403/13

PROCESSO EXECUTIVO

[Decreto-Lei n.º 63/2014. D.R. n.º 81, Série I de 2014-04-28](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Procede à sétima alteração ao [Decreto-Lei n.º 42/2001](#), de 9 de Fevereiro, que cria as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários

SAÚDE

[Despacho n.º 5681-A/2014. D.R. n.º 82, Suplemento, Série II de 2014-04-29](#)

Ministério da Saúde - Direcção-Geral da Saúde

Notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública

SEGURANÇA PRIVADA

[Lei n.º 23/2014. D.R. n.º 81, Série I de 2014-04-28](#)

Assembleia da República

Regula a base de dados e os dados pessoais registados objecto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da actividade de segurança privada, aprovado pela [Lei n.º 34/2013](#), de 16 de Maio

TRABALHO

[Portaria n.º 94/2014. D.R. n.º 83, Série I de 2014-04-30](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Determina a extensão das alterações do contrato colectivo entre a Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico e Electrónico e a FETESE - Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços e outros

[Portaria n.º 95/2014. D.R. n.º 83, Série I de 2014-04-30](#)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Determina a extensão do contrato colectivo entre a ANCAVE - Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Ave e o SETAA - Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas

UNIÃO EUROPEIA

[Lei n.º 25/2014. D.R. n.º 84, Série I de 2014-05-02](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração à [Lei n.º 9/2009](#), de 4 de Março, e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º [2013/25/UE](#), do Conselho, de 13 de maio, que adapta determinadas directivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, devido à adesão da República da Croácia

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2014/M. D.R. n.º 77. Série I de 2014-04-21](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Abril de 2014, relativa à [decisão europeia de investigação em matéria penal](#)

Directiva 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Abril de 2014, relativa à [aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins](#) e que revoga a Diretiva 2001/37/CE

Diretiva 2014/42/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Abril de 2014, sobre o [congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia](#)

Directiva 2014/50/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, [relativa aos requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-Membros, mediante a melhoria da aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar](#)

Directiva 2014/54/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, relativa a [medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos conferidos aos trabalhadores no contexto da livre circulação de trabalhadores](#)

Regulamento (UE) n.º 421/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, que altera a Diretiva 2003/87/CE relativa à [criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade com vista à execução, até 2020, de um acordo internacional que aplique às emissões da aviação internacional uma única medida baseada no mercado global](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento de Execução (UE) n.º 447/2014 da Comissão, de 2 de maio de 2014, relativo às regras de execução específicas do Regulamento (UE) n.º 231/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho que [cria um Instrumento de Assistência de Pré-Adesão \(IPA II\)](#)

Decisão de Execução da Comissão, de 28 de Abril de 2014, relativa ao reconhecimento do enquadramento legal e de supervisão como equivalente aos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às agências de notação de risco:

- [Do Brasil](#)

- [Da Argentina](#)

- [Do México](#)

- [De Singapura](#)

- [De Hong Kong](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Ambiente e Clima: Comissão Europeia disponibiliza 282,6 milhões de euros para 225 novos projectos nos domínios ambiental e climático](#)

[Gasolina para aviões produzida com luz do Sol: projecto da UE permite obter a primeira gasolina «solar»](#)

[O OLAF em 2013: mais trabalho de investigação, inquéritos mais rápidos e melhores resultados para os contribuintes da EU](#)

Em 2013, o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) intensificou a luta contra a fraude em toda a Europa. Os cidadãos e as instituições comunicaram mais do que nunca informações sobre potenciais inquéritos. O OLAF concluiu um número recorde de inquéritos, reduziu a sua duração global e emitiu mais recomendações do que nos últimos cinco anos. O OLAF recomendou a recuperação de 402,8 milhões de euros para o orçamento da UE, que vão ajudar a financiar outros projectos e reduzir os encargos para os contribuintes da UE. Estes excelentes resultados mostram que o OLAF se tem vindo a tornar um organismo cada vez mais eficaz ao serviço dos cidadãos europeus.

Consultas Públicas

[Consulta pública sobre a estratégia Europa 2020](#)

05.05.2014 – 31.10.2014

[Estratégia da Comissão Europeia em matéria de responsabilidade social das empresas \(RSE\) 2011-2014: resultados, deficiências e futuros desafios](#)

29.04.2014 – 15.08.2014



CONSELHO DA EUROPA

[Situação dos Direitos do Homem, da Democracia e do Estado de Direito na Europa](#)

O Conselho da Europa publicou um novo relatório sobre a situação dos Direitos do Homem, da Democracia e do Estado de Direito na Europa.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 28 DE ABRIL DE 2014

[Foi aprovado o seguinte:](#)

- Documento de Estratégia Orçamental (DEO), que define as linhas de orientação para as políticas com incidência orçamental até 2018;

- Proposta de lei que autoriza o Governo a adaptar o regime jurídico das instituições de crédito e sociedades financeiras aprovado pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, no âmbito da transposição de uma directiva da União Europeia, relativa ao acesso à actividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento.



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CONSELHO DE MINISTROS DE 4 DE MAIO DE 2014

O Governo português decidiu, depois de uma [Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros](#), concluir e sair do Programa de Ajustamento de três anos, com o apoio da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, sem pedir qualquer assistência financeira externa adicional. O Programa termina a 17 de Maio.



DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL 2014-2018

O Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 representa o compromisso do Governo com a sustentabilidade das finanças públicas num horizonte para além do Programa de Ajustamento Económico, que agora se conclui.

[Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018](#)

[Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018 - Anexos](#)



PRAZOS MÉDIOS DE PAGAMENTO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

[Prazos médios de pagamento - Autarquias locais](#)

[Prazos médios de pagamento - Hospitais EPE](#)

[Prazos médios de pagamento - Hospitais SPA](#)



COMO IRÁ VARIAR A CONTRIBUIÇÃO QUE SUBSTITUI A CES

[Como irá variar a contribuição que substitui a Contribuição Extraordinária de Solidariedade](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012